



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

REQUERIMENTO nº DE 2017.
(Do Sr. Angelim)

Solicita a realização de Mesa Redonda, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, para debater a regularização fundiária na Amazônia.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, a realização de Mesa Redonda, na cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, para debater a regularização fundiária, urbana e rural, na Região Amazônica, tema que é objeto da MPV 759, de 2016.

Para tanto, solicito a participação de representantes das seguintes instituições:

1. Instituto de Terras do Acre (ITERACRE);
2. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
3. Secretaria de Patrimônio da União (SPU)
4. Universidade Federal do Acre (UFAC);
5. Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG/AC);
6. Deputado Federal Afonso Florence, membro da Comissão Mista da Medida Provisória nº 759, de 2016;



JUSTIFICATIVA

Com a edição da Medida Provisória 759/2016, no final do ano passado, o debate em torno da regularização fundiária rural e urbana ganha importância e urgência, principalmente por tratar de direitos fundamentais como moradia, função social da propriedade e questões relacionadas com o meio ambiente.

A Região Amazônica em geral e o Estado do Acre em particular tem, entre seus principais problemas, a questão de regularização fundiária, haja vista termos titulação de terras não só do Estado do Acre, mas também da Bolívia, do Estado do Amazonas e da União, o que é fonte constante de problemas na gestão dos espaços públicos e privados e de conflitos dentro da sociedade, razão pela qual solicito o apoio dos nobres colegas para a realização do evento em tela, uma excelente oportunidade para debater com os três níveis de Governo, com o Judiciário e com a sociedade.

Sala da Comissão, 30 de março de 2017.

ANGELIM
Deputado Federal
PT/AC